

## PROTAGONISMO DE UM INDÍGENA LETRADO: O BILINGUISMO DO SECRETÁRIO DE CABILDO PRIMO YBAREDA (C.A 1753-1786)

*Protagonism of a literate indigenous: the bilinguism of the secretary of cabildo Primo Ybarenda (c.a 1753-1786)*

Eduardo Neumann

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil

### Resumo

O artigo analisou a atuação de um indígena letrado, o escrivão do cabildo da redução de São Miguel, Primo Ybarenda. A trajetória desse secretário, a partir de meados do século XVIII, foi muito singular, revelando aspectos da capacidade de ação de um Guaraní bilingue em meio às mudanças administrativas em curso no rio da Prata. Durante décadas, ele exerceu o ofício de secretário, função que seguiu exercendo mesmo depois da expulsão dos jesuítas da América. Tratando-se de um legítimo *Quatiáapohara*. As diversas ocasiões em que participou de acordos ou petições indicam que sua capacidade letrada resultou do ensino da língua espanhola ministrada a certos indígenas nas reduções e poucos apresentaram uma trajetória comparável à de Primo Ybarenda. Ele obteve o reconhecimento dos pares, desfrutando de uma respeitabilidade social amparada no domínio da escrita. Essa época os indígenas missionários procuravam resguardar seus interesses através do mundo dos papéis, operando em conformidade com os protocolos letrados em vigor na monarquia hispânica.

Palavras-Chave: Reduções Guaranis; Escrita Indígena; Paraguai Colonial.

### Abstract

The article analyzed the performance of a literate indigenous person, the writer of the cabildo of the reduction of São Miguel, Primo Ybarenda. The trajectory of this secretary, from the middle of the 18th century, was very unique, revealing aspects of the capacity for action of a bilingual Guaraní amidst the ongoing administrative changes on the River Plate. For decades he served as secretary, a role he held even after the expulsion of the Jesuits from America. This is a legitimate *Quatiáapohara*. The various contributions in which they participated in agreements or petitions indicate that their literacy capacity as a result of the teaching of the Spanish language given to certain indigenous people in the reductions and some presented a trajectory like that of Primo Ybarenda. Who obtained recognition from his peers, when he enjoyed social respectability, supported by the dominoes of writing. A time when indigenous missionaries sought to protect their interests through the world of papers, operating in accordance with the literate protocols in force in the Hispanic monarchy.

Keywords: Guaraní Reductions; Indigenous Writing; Colonial Paraguay.

## INTRODUÇÃO

A escrita esteve presente na colonização do chamado Novo Mundo. Esta prática sociocultural impactou fortemente as populações originárias a partir da evangelização, tarefa

conduzida pelos missionários de diferentes ordens religiosas a serviço da monarquia espanhola (Gruzinski, 1991). Através da catequese, foram proporcionadas as condições para a conquista do alfabeto diante do fascínio que a nova tecnologia despertou em certas comunidades. Rapidamente, uma parcela da população indígena aprendeu a escrever no seu próprio idioma e, em alguns casos, em Espanhol.

No século XVII, a capacidade escriturária dos Guarani foi mencionada pelos jesuítas tanto nas suas cartas anuais como nas crônicas e informes, nos quais relataram os resultados obtidos no trabalho apostólico realizado na Província do Paraguai. Nesses documentos, há evidências dos efeitos ocasionados pela introdução da escrita entre os indígenas cristianizados. A participação direta deles no trabalho de “transliteração” da língua Guarani à escritura foi uma experiência singular, contribuindo para uma rápida apropriação da “razão gráfica” entre aqueles que aceitaram a vida em redução.

As práticas letradas no cotidiano das reduções administradas pelos jesuítas no Paraguai proporcionaram aos indígenas que habitavam esses núcleos coloniais uma sociabilidade inédita, diante de sua inserção em um espaço social da leitura e escrita. É de conhecimento que a população missioneira recorreu com frequência à escrita a partir do início dos trabalhos de demarcação de limites no rio da Prata, por ocasião do Tratado de Madrid, celebrado pelas monarquias Ibéricas em 1750 (Neumann, 2005, 2008, 2015).

A partir desses episódios de animosidade com os funcionários das comissões demarcadoras, certos indígenas recorreram à pluma e à tinta para manifestarem sua oposição e opinião a respeito do momento que estavam vivenciando. Houve uma proliferação de papéis, muitos deles com a “letra dos índios”. Estes documentos, produzidos pelos indígenas, possibilitam indagar tais episódios a partir dos aportes da História social da cultura escrita (Viñao, 1996; Petrucci, 1999, 2002; Bouza, 2001; Castillos, 1999, 2006, 2020). Esta perspectiva metodológica tem apresentado subsídios relevantes para o entendimento das manifestações escritas da população missioneira.

Entre os Guaranis que escreveram nessa época, conhecemos o nome e sobrenomes de alguns. Um deles residia na redução de São Miguel e atendia pelo nome de Primo Ybarenta<sup>1</sup>. Sua participação nesses episódios demarcatórios foi mencionada nas fontes

---

<sup>1</sup> A consulta aos “Padrones” (Censos Populacionais) depositados no *Archivo General de la Nación* (Buenos Aires) sinalizam que Ybarenta fazia parte de um cacicado, integrante de uma linhagem de longa tradição em São Miguel, com registros desde 1657. No censo de 1735 se encontra a seguinte informação: “Primo Ybarenta de 10 años” (AGN, Sala IX, 18/8/4) e no de 1772 ele figura com 48 anos (AGN, Sala IX, 18/8/5). Agradeço ao colega Kazuhisa Takeda por me facilitar estas informações.

desde meados do século XVIII. A primeira menção a um texto deste indígena é localizada na correspondência enviada pelo governador de Buenos Aires, José de Andonaegui, após o término do conflito em Caiboaté (1756), quando prestou contas ao monarca espanhol sobre os últimos acontecimentos registrados em território missioneiro. Nessa ocasião, o Governador enviou, em anexo à documentação despachada a Espanha, a tradução de alguns documentos indígenas recentemente apreendidos (A.G.I, Audiência de Buenos Aires, Legajo 42).

O conjunto de documentos traduzidos e reunidos nesse *legajo* apresentava uma relação, uma espécie de memória, um registro escrito pelo então servidor da redução de São Miguel, no caso, Primo Ybarenda. Tratava-se de uma carta enviada por Ybarenda ao Governador de Buenos Aires, em setembro de 1753. A mensagem, ao contrário do que se poderia imaginar, não foi escrita para manifestar contrariedade às ordens de transmigração e sim para informar a perplexidade de uma parcela da população diante do impasse que estavam enfrentando<sup>2</sup>.

Através da crônica do jesuíta Alonso Fernández, somos informados que este missionário tentou, por 14 vezes, fazer chegar algumas cartas às reduções rebeladas, porém suas tentativas sempre eram descobertas pelos Guarani- (A.H.N, Legajo 120j, doc.7). Certo dia, o padre Fernández decidiu esconder algumas instruções no fundo de um saco de legumes a ser enviado ao padre Carlos Tux, na redução de São Nicolau. A artimanha do jesuíta surtiu resultado positivo. O padre Carlos Tux recebeu o saco de legumes e, logo após esvaziá-lo, encontrou as ordens enviadas. Em um domingo, durante a missa, o padre Tux decidiu ler a carta e as demais instruções recebidas. Entre a plateia estavam os moradores de São Nicolau, acompanhados de alguns cabildantes de São Luís. Estes últimos manifestaram uma reação violenta às ordens (Mateos, 1951, p. 270). As cartas foram imediatamente retiradas das mãos do padre e queimadas na praça da redução<sup>3</sup>.

Esse episódio da queima de cartas também ficou registrado pela escrita de um indígena missioneiro. O então servidor de São Miguel, Primo Ybarenda, secretário desse

---

<sup>2</sup> O conteúdo desse texto indica que havia uma inquietação de ordem coletiva diante do rumo dos acontecimentos, pois Ybarenda inicia o texto no plural “*este nuestro escrito*”. A.G.I. Audiência de Buenos Aires, Legajo 42. Anexo 3.

<sup>3</sup> Segundo a descrição de Francisco Mateos, os Guarani fizeram uma fogueira e jogaram todas essas cartas, gritando enfurecidos: “*Estos sí que son catiás del diablo. ¿No somos nosotros cristianos? ¿Por qué nos han de quitar la misa? ¿Por qué nos han de sacar a nuestros santos sacerdotes y privarnos de los sacramentos?*” (Mateos, 1951, p. 271).

cabildo,<sup>4</sup> enviou uma carta ao Governador de Buenos Aires narrando alguns acontecimentos recentes. Nessa carta, endereçada ao Governador, o indígena Ybarenda narrou os incidentes promovidos pelos moradores de São Luís após a leitura dessas instruções. Segundo ele, tais fatos ocorrerem na igreja de São Nicolau, quando:

*[...] entonces fueron 30 soldados de San Luis al pueblo de San Nicolas y a 8 de septiembre al cavo en la Iglesia en presencia de todos cogieron dichos papeles de manos del P. Carlos y los quemaron en la plaza; estos es lo que han hecho los de San Luis.*<sup>5</sup>

As motivações para Ybarenda redigir esta carta despertam muitas indagações e diversas perguntas podem ser formuladas diante desta iniciativa em comunicar, por escrito, ao governador, esses últimos acontecimentos. O que teria determinado o registro por escrito de divergências entre reduções rebeladas? Era um informe corriqueiro, inerente ao seu cargo ou motivado pela desavença gerada diante das ordens recebidas dos missionários? Houve alguma divergência política entre as lideranças indígenas das reduções na condução dos conflitos? Mesmo desconhecendo as razões que determinaram a escrita do texto, dispomos de algumas características da atuação deste indígena letrado nos episódios que precederam a eclosão da rebelião indígena, conhecida como Guerra Guaranítica (Golim,1998; Quarleri, 2009).

As repercussões em Portugal à oposição dos indígenas às determinações monárquicas foram rápidas e, no ano seguinte, já circulava em Portugal a *Relação Abreviada* (Relação,1757). Trata-se, talvez, do primeiro libelo anti-jesuíta publicado em Lisboa no ano 1757, um opúsculo no qual continha uma crítica ferrenha à atuação dos jesuítas durante a mobilização indígena de contrariedade ao Tratado de Madri. Nessa publicação anônima, cuja autoria foi creditada ao futuro Marquês de Pombal, figuravam três documentos anexos, todos obtidos em território missioneiro. Um desses papéis é creditado a Primo Ybarenda, contudo, na publicação pairava a suspeita de que este documento tivesse sido escrito pelos jesuítas. Essa acusação seria refutada com veemência. Embora esta seja a primeira menção a um documento redigido por Ybarenda, a informação mais explícita e reveladora a respeito da

<sup>4</sup> Cada redução contava com um cabildo - modalidade de conselho municipal – encarregado de executar as ordens locais-, como os existentes nas demais cidades coloniais hispanoamericanas. Para uma descrição dos cabildos e cargos desempenhados pelos indígenas, ver: Hernández,1913, p.107-112; Furlong, 1962, p.366-372.

<sup>5</sup> A.G.I. Audiência de Buenos Aires, Legajo 42, Doc. 3 [cópia de tradução de uma carta escrita por Ybarenda]; Pastells reproduziu boa parte desse documento, contudo o jesuíta omitiu uma informação fundamental, ou seja, a questão da autoria desse texto. Pablo Pastells atribui a Ybarenda apenas a tradução desse texto, deixando de informar que foi o próprio Ybarenda quem o redigiu, como constando ao final da cópia traduzida para o Espanhol (Pastells, 1949, p. 247).

participação do indígena nos acontecimentos deflagrados a partir da notícia do início dos trabalhos de demarcação está registrada na “Refutación de la Relación Abreviada”.<sup>6</sup>

Esta *Refutación* e o *Suplemento de las censuras y licencias*,<sup>7</sup> são manuscritos que apresentam, entre outros argumentos, uma defesa dos trabalhos realizados pelos Jesuítas, e visando informar a origem dos tais documentos autênticos. Na argumentação esgrimida pelos missionários há um reconhecimento das capacidades escriturárias dos indígenas e contém a seguinte informação a respeito de Ybarenda:

*“El indio, que así la escribe y firma, es también del pueblo de San Miguel, y era secretario o escribano de cabildo de dho pueblo. En la realidad el tal Ybarênda es algo vivaracho, y más que algo revoltosillo”.<sup>7</sup>*

Pela riqueza de detalhes, essa anotação evidenciou aspectos do comportamento e temperamento de Ybarenda. O relato constitui um registro singular, uma informação pouco recorrente na documentação produzida pelos Jesuítas. Trata-se da descrição de algumas características pessoais de um indígena, prática inusual entre os escritos dos missionários. Além de mencionar o ofício desempenhado por este indígena, o texto agregou um breve comentário da personalidade do escrivão. Estes dados têm possibilitado contextualizar este personagem e compreender melhor sua atuação em outros períodos da história das reduções. Transcorridos 15 anos, Ybarenda seguiu exercendo a função de secretário no cabildo miguelista.

Com a consumação da expulsão dos Jesuítas dos domínios hispano-americanos em 1768, a atuação desse secretário alcançou maior visibilidade. Suas qualidades como escrivão foram reconhecidas e, de certa forma, seus serviços passaram a ser requisitados por conta da destreza manifestada no manejo da pluma e da tinta.

<sup>6</sup> A *Refutación* y o *Suplemento* são textos elaborados pelas mãos de dois jesuítas que atuaram em terras paraguaias: Bernardo de Nudorffer e Juan de Escandón. A.H.N.Clero-Jesuítas, Legajo 120, doc 74,75 e 77. No final do documento está escrito: “Su verdadero autor es el Bernardo Nudorffer actual Misionero entre los mismos Indios y quen avia sido dos vezes Supr de Misiones, y una Provincial de toda la Provincia. Y el mismo me la envío de alla= JHS. Juan de Escandon”.

<sup>7</sup> Sobre Primo Ybarenda dispomos deste breve relato descritivo de suas qualidades morais, vide: A.H.N. (Archivo Histórico Nacional/Madrid). Sección Clero-Jesuitas. Legajo 120, Caja 2, Doc. 75. p. 25.

## REFORMAS, POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E BILINGUISMO NAS REDUÇÕES

As Reformas Bourbônicas configuram um conjunto de medidas administrativas, fiscais e econômicas aplicadas pela monarquia Hispânica aos seus domínios americanos no século XVIII (Branding, 1990, p. 390-442). Elas foram implantadas com o objetivo de modernizar e racionalizar a exploração econômica dos domínios coloniais, o que implicava em um maior aproveitamento da população indígena (Garcia, 2011, p.55-81).

O conjunto dessas medidas reformistas apresentaram maior repercussão no rio da Prata a partir da segunda metade do século XVIII, principalmente com a criação do Vice-Reinado homônimo a região. Entre as novas determinações, a de maior impacto no rio da Prata foi o decreto de 1767 de Carlos III, que determinava a expulsão dos Jesuítas da América hispânica. Os missionários deveriam cumprir a determinação real, deixando todas as reduções, colégios e universidades onde atuavam na América.

Em 1768, quando Francisco Bruno de Zabala compareceu a São Miguel, no dia 30 de julho daquele ano, para acompanhar o inventário dos bens da redução - por ocasião da expropriação dos bens decorrentes da ordem de expulsão dos Jesuítas-, ficou surpreso com a caligrafia do escrivo de São Miguel. E, ao descrever sua entrada nessa redução, expressou a seu modo, com espanto, em uma nota à margem do documento: *“el que há escrito esta carta, es indio de este pueblo y dictandole yo la há escrito”*. Quando o governador Paulo Bucareli foi informado por Zabala da situação, o mesmo comentou:

*“El indio que escribió la carta de (el pueblo de) San Miguel podrá nombrarse por maestro de lengua castellana”*. E logo a seguir teceu um breve comentário: *“el indio de San Miguel escribe bien, pero no posee la lengua española, pero dictándole la escribe (buen secretario)”*.<sup>8</sup>

Esta observação nos remete a uma discussão muito frequente na história dos indígenas reduzidos: o ensino do castelhano aos Guaraní catequisados pelos jesuítas. A polêmica em torno desta questão linguística provocou inúmeros debates, configurando como um dos temas na legislação aplicada à América colonial. E, em 1681, foi publicada a

---

<sup>8</sup> Por conta desses indícios, sem dúvida, trata-se de Ybarenda, como atestam outros documentos que comprovam sua trajetória como secretário (Zuretti, 1954, p. 148-149).

*Recopilación de las leyes de los Reynos de Indias*, na qual a monarquia espanhola preconizava, assim, se não a alfabetização dos indígenas na língua de Cervantes, ao menos o seu aprendizado oralizado. Por certo, alguns indígenas das reduções aprenderam a falar o castelhano, como os artesãos nas oficinas missioneiras, quando eram instruídos por mestres *criollos egressos* das cidades coloniais. Todavia, seguiam sem apresentar a aptidão necessária à leitura ou à escrita nesse idioma.

O fato destacado por Zabala, alertando para esta peculiaridade do nível de domínio idiomático deste secretário, possibilita retomar uma discussão recorrente a respeito do ensino de línguas aos Guaranis reduzidos. Por diversos motivos, imperava nas reduções uma orientação geral de controle no ensino do idioma espanhol aos indígenas colonizados. Entretanto, as razões que norteavam esta decisão, digamos, restritiva, nunca foram assumidas publicamente pelos jesuítas durante seu trabalho evangelizador. Em certa medida, o isolamento das reduções, afastadas dos principais centros populacionais, foi um fator limitante à hispanização pretendida pela política espanhola, expondo as contradições existentes entre isolar os indígenas convertidos e promover a sua instrução em castelhano (Mörner, 1967, p. 438).

A monarquia hispânica, diante do mosaico idiomático nos domínios americanos no início da colonização, defendeu razões políticas para promover a “espanholização” linguística dos indígenas (Solano, 1993, p.293). Tarefa esta que se mostrou inviável, diante das dificuldades para catequizar as populações locais no idioma do colonizador. Nas reduções Guaraní foi preconizada a distância entre os índios reduzidos e a população hispano-americana, por receio dos Jesuítas que consideravam a proximidade dos colonos uma influência negativa à conduta dos indígenas. Entretanto, mesmo de forma ocasional, os contatos com a sociedade colonial possibilitavam aos Guaraní estabelecer comparações e questionamentos entre o seu modo de vida e o dos colonizadores.<sup>9</sup> Os Jesuítas julgavam que esta proximidade poderia comprometer o ideal de conduta prescrito para a vida cristã, em missão.

Por razões dessa ordem, foram adotadas medidas restritivas por parte dos missionários, procurando evitar uma convivência prolongada nas cidades. Isso, porém, não impediu contatos esporádicos com os espanhóis quando os indígenas saíam das reduções

<sup>9</sup> A respeito dos motivos que pautaram a atitude segregacionista dos jesuítas, mantendo os Guaraní afastados dos colonizadores, e as restrições à presença de visitantes nas reduções, ver: Mörner, 1999, p. 279-288.

conduzindo mercadorias a Buenos Aires ou a alguma outra cidade rio-platense. Igualmente, em outras oportunidades, centenas de indígenas foram requisitados para trabalhar nas obras públicas nas cidades coloniais, a serviço do rei de Espanha, residindo, por algumas temporadas, próximos aos núcleos coloniais urbanos (Neumann, 1996). A possibilidade de uma convivência com a população de origem hispânica nas reduções foi uma situação muito excepcional e, que quando ocorria, era bastante vigiada. Este foi o caso dos mestres *criollos* mencionados pelo Procurador da Companhia de Jesus, Juan por Rico (A.H.N, Legajo 120j, doc 100).

Em boa medida, a crítica à política linguística praticada nas reduções pelos missionários pode ser mais bem compreendida quando analisamos os termos da Real Cédula de 1743, conhecida pelos Jesuítas como Cédula Grande<sup>10</sup>. A disseminação do castelhano entre os Guarani missioneiros era um objetivo de difícil realização, inclusive porque a política linguística praticada nessas reduções coloniais se opunha às regras preconizadas pela monarquia hispânica para todas as suas possessões americanas. Como destacou Melià, a “(...) *concepción de un cristiano no español es tal vez el aporte más original de las reducciones*” (Melià, 1997, p. 126). No século XVIII, ao serem questionados a respeito do uso praticamente exclusivo do idioma Guarani nas reduções, os jesuítas negavam tratar-se de uma política de separação ou isolamento, alegando que a língua Guarani era utilizada pela maioria dos habitantes do Paraguai e demais segmentos da população colonial.<sup>11</sup>

Essa polêmica sempre foi alimentada pela estratégia jesuítica, comum em toda América colonial, de mostrar respeito às recomendações e ordens reais; todavia, os jesuítas continuavam fazendo o que consideravam conveniente (Gonzalbo Aizpuru, 2000, p.182). Quando foram acusados de isolamento linguístico, justificavam-se argumentando que ensinavam o espanhol aos Guarani, mesmo que fosse apenas treinando-os no domínio instrumental da língua castelhana.<sup>12</sup> Um exemplo dessa limitação ficou registrado em um

<sup>10</sup> No terceiro ponto desse documento é onde fica evidente a importância atribuída pela monarquia hispânica ao ensino do espanhol aos índios reduzidos no Paraguai. Ver: *Real Cédula previniendo que se há de observar en las misiones y pueblos de indios de los distritos del Paraguay y Buenos Aires que estan a cargo de los Padres de Compañía de Jesus* [dezembro de 1743] (Pastells, 1949, p. 544).

<sup>11</sup> Maxime Haubert reifica o argumento apresentado pelos missionários no século XVIII, ao alegar que os jesuítas não procuravam erguer uma barreira linguística visando proteger seus catecúmenos, pois “[...] fora das reduções, o guarani é comum a todos os habitantes do Paraguai e, para a maioria dos colonos, seu uso é mais freqüente e mais fácil que o espanhol; isso acontece ainda em nossos dias” (Haubert, 1990, p. 260).

<sup>12</sup> Como vimos, na Cédula Grande de 1743 figurava a cobrança do ensino do idioma espanhol aos Guarani, o que leva a supor que a instrução nesse idioma era muito limitada nas reduções. Provavelmente, até essa data, o ensino do espanhol fora restrito, e assim mesmo de maneira instrumental, a alguns indígenas alfabetizados. Para considerações a esse respeito, ver: Kern, 1982, p. 121.



documento de janeiro de 1785, escrito pelos cabildantes do *Pueblo de San Cosme*. Nesse ano, eles enviaram uma carta saudando o novo Vice-Rei designado para o rio da Prata, na qual pediam desculpas “[...] por que nosotros no sabemos de hablar y Vien en Castilla y puede conponer no mas las palabras lo que diser estas cartas[...]” (A.GN. Sala IX, 17-7-2). A manifestação comprova o domínio gramatical limitado que tinham do idioma do colonizador.

Em uma relação datada de 1758 e atribuída a Bernardo de Nudorffer, a polêmica linguística foi assim definida:

*[...] que solo hablan estos Yndios su idioma natural, pero que esto no es por prohibición de los P.ps jesuitas, sino del amor que tienen à su nativo lenguaje, pues en cada uno de los pueblos hay establecida escuela de leer, y escribir en lengua Española, y que por ese motivo se encuentra un numero grande de Yndios muy hábiles en escribir, y leer en español, y aun Latin sin entender lo que leen (...).* (A.H.N.: Legajo 120, Caja 3, Doc. 77).

Nudorffer, ao longo de sua suposta argumentação, escreveu que *“nunca he oído decir que el Indio tiene prohibición de no hablar español”*, fato que, segundo o autor, teria sido denunciado por algum indígena *“novelero”*. Esse Jesuíta, inclusive, reconhecia que os Guarani, em meados do século XVIII, *“(...) se explican aun que mal en español, o en un Chaparado mal cocido, y mal guisado que nos causa risa, solo cuando están muchos años desde muchachos, se le explican bastantemente”* (A.H.N. Legajo 120, Caja 3, Doc. 77). Essa informação somente comprova o quanto a possibilidade da fluência no castelhano era decorrência de um maior exposição e convívio com esse idioma, e que a situação nas reduções era o resultado desse isolamento linguístico (Mörner, 1967, p. 435-446). Entretanto, jesuítas como Nudorffer preferiam atribuir essas limitações às capacidades intelectuais dos Guarani, emitindo juízos etnocêntricos: *“aprender lenguas nuevas, no es para la cabeza del Indio, que tiene el casco dos dedos de grueso”* (A.H.N. Legajo 120, Caja 3, Doc. 77).

As observações preconceituosas desse missionário podem ser contrastadas pelos exemplos e situações comentadas a seguir. Com base nas informações apresentadas por Nicolas Elorduy, oficial do exército espanhol, durante um inquérito para averiguar a participação dos Jesuítas na rebelião guarani, ele apresentou seu entendimento a respeito do conhecimento do idioma castelhano por parte dos indígenas. O referido oficial declarou ter conhecido um Guarani, em Santo Ângelo, que falava espanhol. Motivo pelo qual o convidou a ingressar no seu aposento. Mas, antes, este indígena tomou o cuidado de certificar-se de que ninguém o espiava. Questionado por Elorduy diante dessa atitude, o indígena respondeu:

*(...) no quisiera lo viesen por que lo dirian al padre y lo mandaria azotar, por que le dije? Por que se hablar la castilla que aprendi en Buenos Aires y los padres no quieren, que ninguno Indio hable, y si lo supiere no hay duda me haria azotar. (A.H.N. Legajo 4798, Caja 1, Doc. 199).*

Muitos índios missioneiros decidiram abandonar a vida em redução bem antes do início dos trabalhos de demarcação e ficaram residindo próximos às cidades coloniais, ocasiões em que aprenderam a língua do colonizador. Depois de anos de vida extra reducional, por motivos diversos, alguns decidiam regressar às suas reduções de origem. Outra possibilidade de aquisição da língua castelhana pelos Guarani foi registrada por Nicolas Elorduy, dessa vez na redução de São João. Ele novamente aproveitou a oportunidade para arguir onde o interlocutor indígena havia aprendido a língua castelhana e soube que “*(...) cuando el P.e Pedro Viedma, vino la primera vez a los Pueblos entro a servirle, y como el P.e no sabia la lengua Guarany, le hablaba en castilla, con lo que aprendió*” (A.H.N. Legajo 4798, Caja 1, Doc. 199).

Esses dois breves exemplos evidenciam que, apesar da opinião eurocêntrica e preconceituosa de Nusdorffer, os indígenas quando em situações de contato linguístico e convivendo com a sociedade hispano-americana, aprendiam com facilidade o castelhana oralmente. Contudo, o bilinguismo foi bastante restrito nas reduções, apesar do ensino da leitura em Espanhol nas escolas. Entre os habilitados nas *artes y ofícios* estavam incluídos os músicos, que também recebiam ensinamentos na língua castelhana, sobretudo na capacidade de leitura. Entretanto, a maior difusão do castelhana foi na forma oralizada entre aqueles Guarani que, em determinadas oportunidades, mantinham contato com a população *hispano hablante*.

E casos de indígenas que mesmo sem receber qualquer instrução alfabética aprenderam com facilidade o castelhana. Principalmente quando mantiveram contato com os espanhóis, como foi o caso de um deles conhecido pelo nome de Gerónimo. Através de um memorial do início do século XVIII, onde estão arrolados os conflitos gerados pela presença portuguesa na Colônia do Sacramento, localizamos uma informação indicando que entre os prisioneiros havia “*(...) un indio ladino llamado Geronimo bien inteligente y que se daba a*

*entender en la lengua española y la natural de la lengua Guarani como de edad de treinta años [...]”* (M.C.A, 1954, p.127).

A fonte não precisou explicitamente a localidade de origem desse indígena, referido como ladino, mas, é deduzível pelo contexto, que provavelmente se tratava de um Guarani das reduções que, em algum momento, esteve aldeado, pois ostentava um nome latino e conhecia bem tanto sua língua natural, o Guarani, quanto o Espanhol. Além disso, apresentava grande desenvoltura e, mesmo sem ser perguntado, espontaneamente descreveu outros episódios. O caso de Gerónimo confirma que o bilinguismo oralizado por parte de alguns indígenas sempre foi possível no mundo colonial, principalmente quando estavam “(...) *en contacto con los españoles y aprendían castellano y otras muchas costumbres españolas, eran los ladinos - latinos - palabra que pasó a significar astuto, tramposo o malicioso*” (Gonzalbo Aizpuru, 2000, p. 234).

A identificação de sujeitos como ladinos rompe com a concepção dicotômica tradicionalmente enfatizada pela historiografia, que costumava simplificar a situação colonial rio-platense através da polaridade entre indígenas cristãos reduzidos e não cristianizados (“índios infiéis”). Atualmente, outras atitudes e comportamentos têm sido observado, como o daqueles sujeitos inseridos nos espaços intermédios, manifesto, em muitos casos, na capacidade de recorrer ao idioma do colonizador sem, contudo, abandonar sua perspectiva indígena.

O termo “ladino” e suas conotações pejorativas, servia para designar esses sujeitos considerados sócio culturalmente mestiços, que habitavam as diferentes regiões da América hispânica (Aguilar Moreno, 2000). Na Nova Espanha, esses indígenas *ladinos y españolados* inquietavam o clero colonial, pois despertavam suspeitas quanto a um possível enquadramento desses indivíduos. Segundo Serge Gruzinski, eles “[...] *tienden a multiplicar los comportamientos originales en contextos en perpetua evolución, al mismo tiempo que adbican a su identidad indígena cada vez que la ocasión se presta para ello*” (Gruzinski, 1991, p. 277). Havia, portanto, um espaço de negociação em constante mutação.

Um caso exemplar, ilustrando a situação no rio da Prata, foi mencionado pelo padre Domingo Muriel. Na obra *História del Paraguay*, esse jesuíta mencionou um certo indígena de

São Tomé que, cansado das obrigações cristãs e do trabalho que executava nas reduções, tomou o rumo de Buenos Aires (Muriel, 1918). Esse indígena era músico, ofício que lhe garantia o sustento e, diante da convivência com os habitantes da cidade- porto, rapidamente se tornou ladino. Em determinada ocasião, valendo-se da sua competência letrada, *“escribió a sus paisanos una cartas circular que era un tejido de desatinos, y a la que él, muy satisfecho, llamaba exterminio de errores”* (Muriel, 1918, p. 323). Nessa missiva, ele exortava os companheiros nas reduções a aderirem ao *tecó aguipyé*, isto é, a vida alegre dos espanhóis. O que levou Muriel a considerar que *“aquel indio era ladino y que le habían soplado los buenos aires, porque eso sin duda aumentaba su veracidad, sobre todo si había sido desertor”* (Muriel, 1918, p. 324).

Percebemos que os indígenas abandonavam as reduções representavam um problema, sobretudo se retornasse e questionassem o modo de vida cristão imposto pelos missionários. As informações registradas por Muriel abrangem o período de 1747 até 1767, momento em que as Reformas Buorbônicas ocorriam na região, época com uma maior convivência dos indígenas missioneiros com os espanhóis. Esta maior proximidade possibilitava o aprendizado do idioma do colonizador e a comparação com a sociedade hispano americana envolvente. Ademais, a tentativa de entrar em contato com seus companheiros de redução, através de uma carta denunciava a sua condição de um guarani letrado, o que contribuiu nos canais para sua inserção na sociedade colonial, pois possuía algum talento. Não era um boçal.

Os exemplos aqui comentados corroboram que esses contatos, esporádicos ou mais prolongados, com o mundo extra reducional proporcionavam oportunidades para que alguns indígenas missioneiros aprendessem oralmente do idioma castelhano. Um caso particular de contato frequente da população missioneira com a língua espanhola foi verificado em Yapeyu. Como esta redução era a porta de comunicação com *“(...) las ciudades cercanas de los Españoles por tierra y por agua, hay entre los Indios muchos que saben algo de la lengua española [...]”* (M.C.A, 1969, p.252). A proximidade com as cidades facilitava e favorecia o bilinguismo oralizado. Situação similar ocorria, possivelmente com regularidade, nas reduções

próximas a Assunção (*los pueblos de abajo*), pelo contato e convívio com os moradores *hispanohablantes*.

Certamente, houve em cada redução um grupo de indígenas aptos a comunicar-se, mesmo que precariamente, em castelhano. Entretanto, estes preferiam a língua guarani, pois demonstrar conhecimento oral, mesmo precário, do idioma do colonizador indicava uma posição pouco valorizada entre os indígenas missioneiros, sendo identificados como fugitivos. Em meados do século XVIII, o jesuíta Domingo Muriel informou que, nas reduções, “[...] *el hablar en español es señal, por lo comum, de haber sido tráfugas [...]*” (Muriel, 1918, p. 324). O bilinguismo atuava como meio de denúncia da vida extra reducional. Por essa mesma época, o missionário José Cardiel registrou que, quando algum índio se evadia e depois retornava a viver na redução “[...] *sus paysanos se vurlan de el quando le ven hablar castellano, poniendo algunos apodos de huidor, andariego, vagabundo [...]*” (A.H.N, Legajo 120, Doc. 79) Estas observações enfatizam as diferentes experiências da população missioneira, destacando como a percepção indígena da vivência extra reducional estava relacionada à capacidade de comunicação no idioma do colonizador.

As informações sociolinguísticas registradas na documentação colonial sinalizam que a condição de bilingue configurou um certo estigma no âmbito reducional, tornando-se um motivo de chacota. Ademais, a facilidade que alguns Guarani demonstravam para o domínio oral da língua espanhola era bem mais pronunciada do que os jesuítas costumavam alegar. O bilinguismo oralizado ocorria a despeito da vontade e controles exercidos pelos religiosos (Cerno, 2020). Isso certamente devia despertar receio junto aos jesuítas, fazendo com que não facilitassem os meios para que esses indígenas ampliassem seu conhecimento, procurando sempre que possível limitar o contato direto com os colonizadores.<sup>13</sup>

#### “ANTE MI SECRETÁRIO DE CAVILDO”: A ESCRITA DE UM QUATÍAPOHARA

<sup>13</sup> Exatamente por considerarem esta proximidade como prejudicial, um missionário como José Perámas, já no desterro, depois de expulsos os Jesuítas da América, no final do século XVIII, disse que “*por la misma causa no se les enseña nuestra lengua castellana*” (Melià, 1992, p. 103).

Em 1768, apesar da expulsão dos jesuítas dos domínios da monarquia espanhola, os cabildos missioneiros seguiram funcionando e Ybarenda seguiu desempenhando as suas funções de escrivão. O reconhecimento da sua competência letrada pelas autoridades a serviço da monarquia espanhola, facultava-lhe as credenciais para seguir desempenhando o ofício de secretário. Ainda no mês de dezembro desse mesmo ano, ocasião em que Zavala compareceu novamente à redução de São Miguel para instaurar um processo e tomar declarações de alguns peões, ao final desses depoimentos a informação de que Ybarenda subscreveu, em espanhol, a indefectível sentença: *“ante mi secretario de cavildo Primo Ybarenda”* (A.G.S, Legajo 7408, Doc. 14: Uruguay 1768). Esta expressão atestava sua importância na celebração desse acordo, como destacado no encerramento do documento elaborado nessa ocasião.

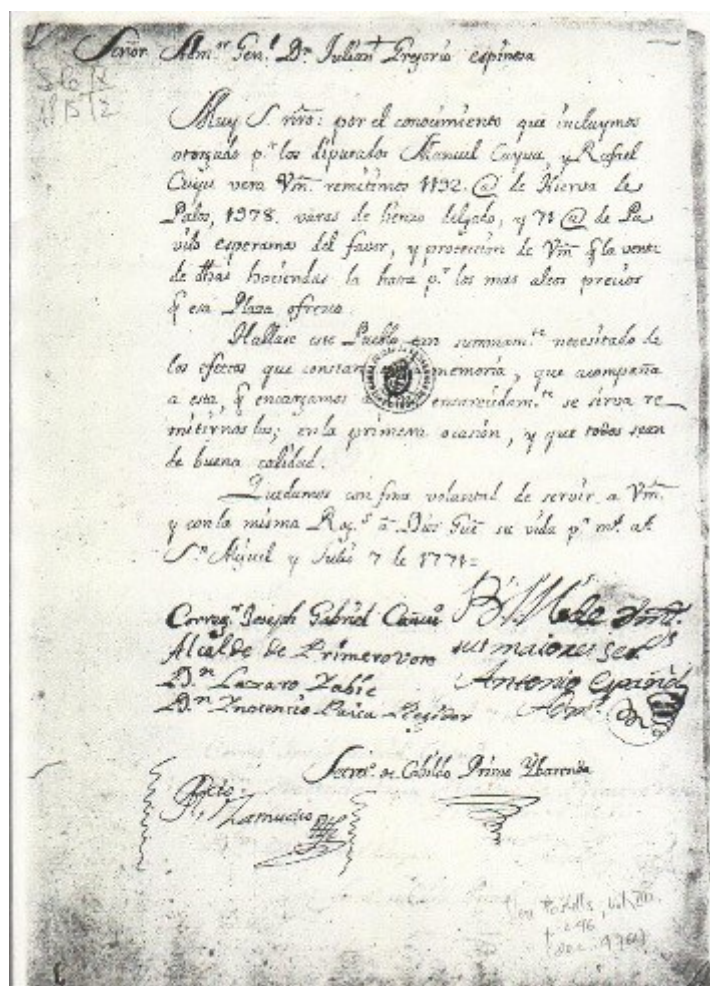
Nessa época, Ybarenda começava a desfrutar de uma condição diferenciada em relação aos demais companheiros. Havia angariado reconhecimento ao se manter na função de escrivão e acumulou prestígio ao exceder as atribuições do seu cargo e não se tratava de um mero protagonismo pela escrita por sua presença na produção de documentos relacionados as negociações internas.<sup>14</sup> Havia um reconhecimento pelos serviços prestados à coletividade, como demonstrado a seguir.

Poucos anos depois, em julho de 1771, Ybarenda deixou mais um indício do seu conhecimento sobre a burocracia colonial ao assinar, de próprio punho, um ofício escrito em Espanhol e enviado ao administrador Julian Gregório. No documento, ele solicitava o repasse dos recursos provenientes da venda de produtos da redução de São Miguel, em Buenos Aires. Este documento, entre outros, evidencia a presença de Ybarenda nas negociações de compra e venda de mantimentos e como sua participação era requisitada pelos companheiros de redução nessas oportunidades (A.G.N. Sala IX,18/5/2).

---

<sup>14</sup> Para uma discussão que dimensionando o alcance do conceito de protagonismo e suas diferentes apropriações, ver: Santos; Felipe, v. 37, nº 76, 2017.

Figura 01: Imagem de Ofício assinado por Primo Ybarenda



Fonte: Craft image with Primo Ybarenda's signature (AGN. Sala IX, 18/5/2)

Em dezembro daquele ano, Ybarenda ainda participou de outra negociação, porém no final do documento deixou registrada a seguinte frase: *"la presente firmada por Nos, refrendada del Ynfraescrito secretario de este nuestro Pueblo de San Miguel"*. Essa advertência merece destaque, pois o autor teve o cuidado de salvaguardar sua reputação como secretário, agregando ainda a seguinte anotação: *"Por mando de sus mayordomos. Primo Ybarenda. Secretario de Cabildo"* (A.G.N, Sala IX, 17/4/5). Este certificado sugere a existência de negócios escusos praticados pelos *mayordomos*, em conivência com os administradores particulares, que buscavam obter vantagens pessoais por meio da venda dos produtos depositados nos armazéns missionários. Ao que tudo indica, por conta desse motivo, Ybarenda teve a preocupação de sinalizar sua isenção na operação. O cuidado manifesto pelo secretário com

a sua reputação é passível de ser inferido tanto na sentença acima quanto no documento comentado a seguir.

Transcorria o ano de 1786, quando o *cabildo* de *San Miguel* e os caciques desta redução manifestaram sua opinião sobre as qualidades do administrador recém nomeado para assumir a administração do povoado. Em 14 de julho daquele ano, eles escreveram uma carta na língua guarani, traduzida a pedido do Governador Intendente Don Manuel de Lassarte y Esquivel. O referido documento iniciou mencionando as riquezas do povoado e, em seguida, denunciava a conduta do administrador indicado para assumir o povoado, Don Manuel Burgo. Este administrador já era conhecido dos guaranis missioneiros e gozava de péssima fama pelo trabalho realizado na redução de *San Juan*. Assim, os miguelistas solicitaram que ele não fosse confirmado no cargo, pois “empobrecerá este Pueblo” além de ser “algo apasionado a tomar el aguardiente” (A.G.N. Sala IX. 18/3/5). A denúncia era embasada no conhecimento da conduta e qualidades prévias do indicado ao cargo. Esta solicitação do cabildo denota uma capacidade de atuar dentro do legalismo, visando principalmente evitar maiores danos à comunidade.

Nesse memorial coletivo de São Miguel, além do pedido de substituição do administrador Manuel Burgos, homem de “*poco espiritu y tanto tardo en resolver*”, lê-se ao final: “*Opa catu oyerure reco rupi Casiques chebe amoí Cherera ape Primo Ybarenda*” (“*a ruegos de todos los Caciques que no saben firmar pongo mi nombre aqui Primo Ybarenda*”). Ao que tudo indica, após décadas exercendo o ofício de secretário bilíngue, Ybarenda foi requisitado pelos caciques ágrafos tanto por suas habilidades letradas, como pela confiança nele depositada. Nessa ocasião, atuou a pedido desses caciques como avalista na elaboração do memorial coletivo.

Destaca-se aqui a presença de Primo Ybarenda na elaboração deste documento. Ele era um indígena com uma longa experiência nos trâmites burocráticos (AGN. Sala IX. 18/3/5). Pelos termos do memorial, parece que os caciques solicitaram auxílio de alguém de confiança que, naquele momento, aparentemente estava fora do *cabildo*. As circunstâncias sugerem que ele atuou como um avalista, uma pessoa isenta de suspeita, pela trajetória como notário por várias décadas.



Com o início da administração civil nas reduções, por ocasião da expulsão dos Jesuítas, houve a separação entre o poder temporal e o religioso. A organização das atividades cotidianas competia a um administrador laico enquanto as tarefas religiosas foram desempenhadas por outras ordens: Franciscanos, Dominicanos e Mercedários. A partir dessa época foi verificada uma nova dinâmica no acesso aos cargos nas reduções, quando surgiram enfrentamentos abertos entre os membros da elite indígena, particularmente a disputa estabelecida pelos caciques e o grupo identificado com as atividades capitulares (corregedores e cabildantes).<sup>15</sup> Os primeiros com o mando militar sob as parcialidades que lideravam (*mboyas*), um resquício do seu antigo poder e prestígio. Os segundos constituíam o grupo conhecido como “*mandarines*”, integrado pelos corregedores, cabildantes, fiscais, oficiais e outros indígenas que desfrutavam de alguma forma de poder e de vantagens relativas. Esses indígenas foram a base de apoio para a nova administração introduzida por Bucareli (Maeder, 1992, p.72).

Devido à experiência em assuntos administrativos, Ybarenda possuía as credenciais necessárias para endossar um documento com esse caráter. Os caciques, ao recorrerem a esse secretário, provavelmente buscavam assegurar que o conteúdo do documento não sofresse alterações no momento de sua versão ao espanhol, evitando artimanhas, por exemplo, por parte do corregedor.

Após décadas exercendo o ofício de secretário, todos os indícios sugerem que Ybarenda foi um exemplo singular de indígena especializado na escrita. Sua capacidade letrada reflete o ensino praticado nas reduções durante o período jesuítico e poucos apresentam uma trajetória comparável à sua. Todos os indícios comprovam que ele foi um indígena especializado na escrita, um legítimo *Quatiáapohara*. As diversas ocasiões em que participou de acordos ou petições indicam que sua capacidade letrada é o resultado do ensino da língua espanhola ministrada a certos indígenas nas reduções e poucos apresentam uma trajetória comparável à sua.

Nessa época, mais do que deixar um registro dos acontecimentos, ele atuava como fiador das negociações estabelecidas por escrito entre os indígenas e os novos administradores. Tradutor, intérprete, mas sobretudo um avalista frente aos novos desafios

---

<sup>15</sup> Para uma descrição dos problemas e tensões ocasionados pelo desequilíbrio e desintegração social nas reduções após a expulsão dos Jesuítas, ver: Wilde, 2001, p. 69-106.

que surgiram diante das mudanças administrativas em curso nas reduções. O seu domínio da escrita foi a capacidade que o notabilizou na participação de diversas decisões de interesse desta comunidade. Colaborou tanto na conferência de documentos como atuou como avalista de determinadas negociações e acordos.

Em diferentes oportunidades, demonstrou capacidade para lidar com a documentação. Era um escrivão bilíngue, talvez sem fluência. Mesmo que limitado à escrita, o seu domínio do espanhol possibilitou que ele atuasse dentro das expectativas da nova administração, respondendo aos desafios gerados por conta dos efeitos das Reformas Bourbônicas na região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É bastante evidente que, pela competência alfabética, em alguns momentos, Ybarenda extrapolou as atribuições usualmente conferidas a um secretário, cargo que ocupou por aproximadamente 30 anos. Ao desempenhar seu ofício deixou marcas e sinais de seu protagonismo letrado no cabildo de São Miguel. O conteúdo de alguns desses papéis redigidos por ele sugere que exerceu bem mais do que as funções de um mero escrivão.

Obteve o reconhecimento dos pares ao desfrutar de uma respeitabilidade social, amparada no domínio da escrita. Sua participação não se restringia a assinar os documentos, mas desempenhava a função de um avalista, conferindo veracidade aos acordados firmados. Havia acumulado respeito e reconhecimento. Regularmente, era requisitado por conta dos conhecimentos letrados e por conhecer os protocolos escritos, conferindo uma garantia aos documentos de caráter coletivo. De certa forma, emprestava seu prestígio ao acordo, atuando como uma testemunha do trâmite burocrático e assegurando que as partes cumpririam com o estabelecido.

Sem dúvida, a trajetória desse secretário foi muito singular e nos revela aspectos da capacidade de ação desse indígena bilíngue em meio as mudanças administrativas em curso naquela região. Época em que os indígenas missionários procuravam resguardar seus interesses através do mundo dos papéis, operando em conformidade com os protocolos letrados em vigor na monarquia hispânica.

## REFERÊNCIAS

A.G.I. Audiencia de Buenos Aires, Legajo 42. Correspondencia con los gobernadores- años 1728-1760; 6) Gob de Don Pedro de Cevallos 1755 a 1760.fls 1147 a 1318.

A.G.S. Secretaria de Estado, Legajo 7408, Doc. 14: Uruguay 1768. El gobernador de aquellos Pueblos Don Francisco Bruno de Zabala; copia de sus oficios al Gobernador de Viamon y al Comandante de Río Pardo para que se retiren de los puestos, restituyen los Yndios y ganados, y entreguen los desertores: Respuestas que han dado. Declaraciones de cinco peones que se cogieron hurtando ganado, y su carta informe con aquello acompaña.

A.H.N.: Sección Clero-Jesuitas. Legajo 120, Doc.7. Relación de lo que la Compañía de Jesus há hecho y padecido en el Paraguay, en cumplimiento de los Ordenes de Su Magestad. p. 38.

A.H.N.: Sección Clero-Jesuitas. Legajo 120, Doc. 100. Reparos que se han hecho contra la buena conducta y gobierno civil de los treinta pueblos de indios guaraníes, que están a cargo de la Compañía de Jesús del Paraguay y los deshace, con la verdad sencillamente expone de dicho gobierno, el P. Juan Joseph Rico, procurador General de la misma Compañía y provincia del Paraguay, en esta Corte. Impreso, s. 1 n. a (Siglo XVIII), 36 páginas em 4.

A.H.N.: Sección Estado. Legajo 4798, Caja 1, Doc. 199. Para hacer Juicio, en el punto, asi los Padres Jesuitas de la provincia del Paraguay, han tenido parte, en la resistencia que el Rey ha experimentado, en los Indios Guaranis, que gobiernan dichos Padres Jesuitas se haze preciso hazer patente, el modo con que dichos Padres tienen entablado, sus gobiernos, esto es, espiritual y temporal. p. 5.

A.G.N./BA: Sala IX, Lejajo 17/4/5 [certificado dos cabildantes de São Miguel] a 22 diciembre de 1771.

AGUILAR MORENO, Manuel. The *indio ladino* as a cultural mediator in the colonial society. *Estudios de Cultura Nahuatl*, México: UNAM, v. 33, 2002, p. 149-184.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Corre manuscrito: uma historia del Siglo de Oro*. Madrd: Marcial Pons, Ediciones de Historia, 2001.

BRADING, D. A. "A Espanha dos Bourbons e seu Império Americano". In: BETHELL. Leslie (ed). *História de América Latina*. Barcelona: Editorial Crítica, 1990. Volume II, p. 390-442.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio (org.). *Escribir y leer en el siglo de Cervantes*. Barcelona: Gedisa, 1999.

CASTILLO, GÓMEZ. *Entre la pluma y la pared*. Una historia social de la escritura en los siglos de oro. Madrid: Akal, 2006.

CASTILLO GÓMEZ. *Grafias no cotidiano*. Escrita e sociedade na História (séculos XVI a XX). Rio de Janeiro: Eduerj; Niterói: Eduff, 2020.

CERNO, Leonardo. Unidad y diversidad del guaraní posjesuítico. La expresión de la pluralidad como rasgo de fragmentación dialectal y normativa. *Revista argentina de historiografía lingüística*, XII, 2020, p.11-29.

FURLONG, Guillermo. *Misiones y sus pueblos de Guaraníes*. Buenos Aires: Imprenta Balmes, 1962.

GARCIA, Elisa, F. “Os índios e as reformas borbônicas: entre ‘despotismo’ e o consenso”. In *História das Américas*. AZEVEDO, Cecília & RAMINELLI, Ronald (Orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 2011, p.55-81.

GOLIM, Tau. *A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750/1761)*. Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

GONZALBO AIZPURU, Pilar. *Historia de la educación en la época colonial: el mundo indígena*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2000.

GRUZINSKI, Serge *La colonización de lo imaginario. Sociedades indígenas y occidentalización en el México español - Siglos XVI-XVIII*. México: FCE, 1991.

HAUBERT, Maxime. *Índios e jesuítas no tempo das missões – séculos XVII e XVIII*. Tradução por Marina Appenzeiler. São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1990.

HERNÁNDEZ, Pablo. *Organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesús*, Tomo 1 e 2. Barcelona: Gustavo Gili, 1913.

KERN, Arno Alvares. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

MANUSCRITOS da Coleção de Angelis (M.C.A). Tomo V: Tratado de Madri: antecedentes: Colônia de Sacramento (1669-1749). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954.

MANUSCRITOS da Coleção de Angelis (M.C.A). Tomo VII: Do Tratado de Madrid à conquista dos Sete Povos (1750-1802) Introdução, notas e sumário: Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

MAEDER, Ernesto J. A. *Misiones del Paraguay: conflicto y disolución de la sociedad guaraní*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

MATEOS, Francisco. La guerra guaraníica y las misiones del Paraguay: Primera Campaña (1753-1754). *Missionalia Hispanica*, año 8, n. 23, 1951.

MELIÀ, Bartomeu. *La lengua Guaraní del Paraguay: historia, sociedad y literatura*. Madrid: MAPFRE, 1992.

MELIÀ, Bartomeu. *El Guaraní conquistado y reducido: ensayos de Estnohistória*. 4. ed. Asunción: CEADUC-CEPAG, 1997, p. 126. (Biblioteca Paraguaya de Antropología, v. 5).

MÖRNER, Magnus. La difusión del castellano y el aislamiento de los indios: dos aspiraciones contradictorias de la corona española. In: *HOMENAJE a Jaime Vicens Vives*: v. II. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1967, p. 435-446.

MÖRNER, Magnus. *La corona española y los foráneos en los pueblos de indios de América*. 2. ed. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica/AECI, 1999, p. 279-288.

MURIEL, Domingo. *Historia del Paraguay (desde 1747 hasta 1767)*. Traducida al castellano por el P. Pablo Hernandez, S.J. Madrid: Librería General de Victoriano Suarez, 1918.

NEUMANN, Eduardo Santos. *O trabalho guarani missioneiro no rio da Prata colonial*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

NEUMANN, Eduardo Santos. *Práticas letradas guaranis: produção e usos da escrita indígena-Séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

NEUMANN, Eduardo. Escribiendo en la frontera del Paraguay: prácticas de la escritura guaraní durante la demarcación de límites (siglo XVIII). *Cultura Escrita & Sociedad*, 7. 2008, p. 159-190.

NEUMANN, Eduardo. *Letra de Índios*. Cultura escrita, comunicação e memória indígena nas Reduções do Paraguai. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2015.

HERNANDEZ, Pablo. *Organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesús*. Barcelona: Gustavo Gili, 1913.

PASTELLS, Pablo. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil)*: según los documentos originales del Archivo General de Indias, extractado y anotados por Pablo Pastells S.J. Madrid: Victoriano Suarez, 1912-1933. 5t.

PETRUCCI, Armando. *Alfabetismo, escritura, sociedade*. Prólogo de Roger Chartier y Jean Hébran. Barcelona: Gedisa, 1999.

PETRUCCI, Armando. *La ciência de la escritura: primera lección de paleografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

QUARLERI, Lia. *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata: Guaraníes, jesuitas e impérios coloniales*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2009.

*Relação abreviada da república que os religiosos das províncias de Portugal e Hespanha, estabelecerão nos Dominios Ultramarinos das duas monarchias. E da guerra, que neles tem movido, e sustentado contra os Exercitos Hespanholes, e Portuguezes; e por outros documentos authenticos*. Lisboa: [s.n.], 1757.

SANTOS, Maria Cristina dos & FELIPPE, Guilherme Galhegos. “Apropriações possíveis de um protagonismo outro”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, nº 76, 2017 (<http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n76-06>).

SOLANO, Francisco. Aprendizaje y difusión del español entre indios (1492/1820). In: BENASSY-BERLING, M.-C.; CLEMENT, J.-P.; MILHOU, A. (Ed.) *Langues et cultures en Amérique espagnole coloniale*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 1993, p. 291-322.

VIÑAO FRAGO, Antonio. “Por una historia de la cultura escrita: observaciones y reflexiones”. *SIGNO. Revista de la Cultura escrita* 3 (1996), Universidad de Alcalá de Henares, 1996, p.41-68.

WILDE, Guillermo. “Los guaraníes después de la expulsión de los jesuítas: dinâmicas políticas y transacciones simbólicas”. *Revista Complutense de História de América*, Madrid, n.27, 2001, p. 69-106.

ZURETTI, Juan Carlos. La enseñanza, las escuelas y los maestros en las misiones guaraníes después de la expulsión de los jesuitas. *RIHGU*, Montevideo, v. 21,1954, p. 148-168.

#### DADOS DE AUTORIA

Eduardo Neumann

Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). Pós doutor, com bolsa da Capes, junto a Universidade de Alcalá/Espanha (2015). Fellowship junto a John Carter Brown Library (2022). Professor Titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Bolsista de produtividade do CNPq. É um dos coordenadores do Grupo de Pesquisa: Sociedades de Antigo Regime no Atlântico Sul (SARAS) registrado no CNPq. Temas de pesquisa: História da América colonial; História Indígena, História social da cultura escrita. E-mail: [eduardosneumann@gmail.com](mailto:eduardosneumann@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2824-6785>.